

Discurso de despedida do Conselho-presidente, Antônio Corrêa de Oliveira, na última Sessão ordinária do Tribunal de Contas de Pernambuco.

A vida corre célere e as instituições têm que se adaptar a esse dinamismo, adequando-se à realidade e procurando seguir a toda essa movimentação própria, característica dos tempos hodiernos. Assim, hoje, aqui estamos, em recinto tão nosso, testemunha de nossos trabalhos, realizando a última reunião do pleno, no ano em curso, encerrando, portanto, as atividades, na conformidade das disposições regimentais.

Ao fazê-la, retroajo para recordar, lembrar momentos, uns agradáveis outros causadores de apreensão, mas, no final, superados com a concretização do desiderato, aspiração maior dos todos nós.

Enfrentamos dificuldades, mas, não nos faltou o apoio de V. Exas., nobres Conselhos, convictos de que, após a procela, navegaríamos em mar calmo e alcançaríamos o pretendido. O vaticínio se confirmou.

Resolvido o problema do repasse de numerário para as despesas, preciso foi fazer economia, enxugar a máquina, tirar gorduras, eliminar planos, a fim de que esta Corte exercitasse as suas funções de vigilância, de guardiã do patrimônio público. E, essa tarefa, exerceu função pedagógica, orientou, traçou rumos, esclareceu dúvidas, tudo em consonância com a legislação vigente. Cônsua, porém, de que, tendo jurisdição administrativa, poderiam suas decisões passar pelo crivo da Justiça, tendo esta poderes para modificá-las ou mantê-las. O importante, a certeza do cumprimento das atribuições definidas na Lei Maior. E essa certeza de batalhar pelo bom Direito, fazendo aflorar nas decisões a convicção de que dilapidadores do patrimônio coletivo, nesta Casa, não encontraram, não encontram e nem encontrarão guarida. Desse modo, palmilhamos nosso caminho, contando com a solidariedade da opinião pública. Tanto quanto possível, fomos dinâmicos. Vivemos tempo avesso à apatia e de acendrada renovação de métodos de trabalho. A meta é cumprir dispositivo constitucional de apreciar no exercício seguinte todos os processos do ano anterior.

Investimos no servidor, fazendo cursos, propiciando participação em seminário aqui e alhures, no desejo salutar de que, melhorando os conhecimen-

tos dos funcionários, estaríamos preparando um amanhã mais seguro e tranquilizador para enfrentar, com energia e serenidade, no dia-a-dia, às vezes, desgastante, porém remunerador do dever observado. Se tivesse havido folga financeira, muito mais haveria sido feito.

Hoje, quando em obediência à Lei Orgânica, logo mais iremos eleger a futura mesa dirigente, e já sabemos os escolhidos: Ruy Lins, Severino Otávio e Fernando Correia, antecipo-me, em saudá-los, dizendo que, com a vivência que têm, este Tribunal estará em ótimas mãos. Os três têm tradição, história e honradez para o conduzir, além de larga experiência adquirida, não somente neste Tribunal, de que já foram Presidente, mas em outros cargos que exerceram com mestria, dedicando-se a servir. Servir, conscientizando, formando escola e fazendo despontar as qualidades maiores do homem público. Homem público, austero, que promova e defenda a dignidade da pessoa humana, conseguindo mudanças válidas e eficazes ao injetar um espírito novo, harmonizando progresso e justiça. Iniciando trabalho de modernidade mais acentuada para que o terceiro milênio não chegue aqui de surpresa.

Desejo, no momento, agradecer a todos os servidores pela dedicação, espírito de cooperação e, por ser impossível citar todos, os homenageio, nas pessoas de Isabel Gibsom, Janete Rocha, Amarilde Figueiredo, Darcí Nogueira, Eduardo Nevares, Lúcio Ferreira, Juarez Guilhon, Joaquim Vieira, Francisco Sifônio, Auxiliadora Albuquerque, Carlos Mauricio, Marcos Kleuber, Umbelina Durães, Orlando Morais Júnior, Deodato Alencar, Maria Lúcia Vasconcelos, Ana Lúcia Cabral, Cláudio Ferreira, Dolores Campos e Inês Reis. Na homenagem, meu reconhecimento, minha gratidão por haverem todos sabido imprimir seriedade, com objetividade, a fim de que esta Corte mantivesse alto, bem alto, seu galardão, que é passado, presente e, sobretudo, futuro.

Corte que, após ingentes esforços, venceu a novela do plano de cargos e carreiras, nascida quando estava ainda na Rua do Hospício, nas proximidades

da igreja da Boa Vista e da Praça Maciel Pinheiro, de belezas raras e, a partir de 88, já em suas novas instalações, almejava, mas os tropeços e incompreensões impediam se chegasse a um denominador comum. Felizmente, após dezenas e dezenas de reuniões, conseguiu-se formalizar o projeto, com a participação da Associação, Gominho e Breckenfeld, seus representantes e que, enviado à Assembléia, após demarches mantidas com os secretários da Fazenda e do Planejamento, começou outra batalha - a da aprovação - e, conseguida esta, a dúvida: será sancionado, promulgado ou vetado? Os dias de espera foram traumatizantes. Cada momento, uma notícia. Afinal, quando o astral andava a zero, do Palácio veio a luz

verde. O Dr. Miguel Arraes devolveu o processo ao Legislativo, sem sancionar nem vetá-lo. Criamos alma nova e, numa sexta-feira, 13, lá estávamos na Casa Joaquim Nabuco para assistir à promulgação pelo Presidente da Assembléia. Feita esta, tudo se transformou em sorriso e inusitada alegria.

Aos eminentes Conselheiros que logo mais serão eleitos e, no próximo 2 de janeiro, estarão empossados, a minha saudação, com a convicção de que continuarão a trajetória desta Instituição, sabedores do dizer da canção: "hoje é a semente do amanhã" e que tenham diante de si o ensinamento do salmo 96: "Nasce a luz para os justos e a alegria para os retos de coração".